

(CON)TRADIÇÕES DO DISCURSO DE INVENÇÃO DA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL

Paulo Jorge Martins Nunesⁱ

Carla Soares Pereiraⁱⁱ

RESUMO

Este artigo trata da questão da construção de tradições por meio do discurso, as quais contribuem para a formação identitária dos sujeitos históricos a elas vinculados. A partir da defesa da ideia de que tradição significa dominação ideológica, nosso objetivo é o de problematizar a invenção de tradições no estado do Acre, a qual ocorreu de forma gradual, mas teve sua culminância por meio da associação da História Oficial aos discursos dos governantes do Partido dos Trabalhadores, desde que assumiram o poder político em 1999 naquele estado. Para isso, Hobsbawm é citado por abordar a questão da invenção das tradições e Ranzi, as raízes sociais envolvidas na formação do Acre, além disso, Bakhtin é apresentado sob o viés da construção de enunciados discursivos. Por fim, são colocados exemplos concretos para explicar os processos que influenciam a constituição de um discurso massificado sobre uma das tantas amazônias que existem: a acreana.

Palavras-chave: Tradição. Discurso. Acre.

(CON)TRADITIONS OF THE INVENTION SPEECH FROM SOUTH WESTERN AMAZON

ABSTRACT

This article addresses the issue of traditions constructions through speech, which contribute to identity formation of historical subjects linked to them. From the defense of the idea that tradition means ideological domination, our goal is to problematize the invention of traditions in the state of Acre, which was gradual, but it had its culmination by the association of the Official History to Workers Party rulers speeches, since they got political power in 1999 in that state. For this, Hobsbawm is cited by addressing the issue of invention of traditions and Ranzi, the social roots involved in the formation of Acre, moreover, Bakhtin is presented under the bias in the construction of discursive statements. Finally, concrete examples are placed to explain the processes that influence the formation of a mass-speech about one of many Amazons that exists: the acreana.

Keywords: Tradition. Speech. Acre.

DAS ORIGENS

Para se falar da constituição de uma sociedade, deve-se levar em conta o elemento humano que compõe essa categoria, já que o cerne de determinadas práticas sociais encontra-se nas matrizes de sua formação social. Dessa forma, para dizer um pouco sobre a sociedade acreana, buscando construir um saber acerca desses amazônidas, Ranzi (2008) promove um percurso histórico, problematizando a presença de indígenas, nordestinos, dentre outros, na formação sociocultural do Acre, desde o século XIX.

Segundo essa historiadora, presença marcante na Amazônia foi a dos indígenas, os quais tiveram participação decisiva na constituição étnica do acreano. Além disso, o processo de ocupação das terras do Acre pelos nordestinos permite entrever que muitas práticas culturais indígenas foram traduzidas pelo seringueiro como forma de sobreviver ante as dificuldades do espaço. Dentre elas, Ranzi (2008, p. 91) cita a extração dos produtos da flora, o respeito pelo sobrenatural e algumas técnicas de trabalho que possibilitaram o êxito da economia gomífera na mata amazônica.



Fig. 1: “Homem defumando”, pintura de Hélio Meloⁱⁱⁱ.

Disponível em <<http://almaacreana.blogspot.com.br/2009/10/helio-melo-arte-imita-vida.html>>.

A partir daí pode-se concluir que o indígena desempenhou papel fundamental durante o processo de formação territorial, histórica, política, social e também cultural do Acre, todavia, contrastando com toda a prática contemporânea que procura valorizar as culturas ancestrais, sobre isso há um silenciamento que promove o apagamento dele da memória social. É preciso reescrever a história da atuação indígena na construção histórica do Acre, que se cristalizou na História Oficial apenas como conflituosa, na disputa pela terra com seringalistas e seringueiros, mas que praticamente desaparece quando se trata da participação efetiva dele nos dois surtos^{iv} da borracha na Amazônia.

Em relação à causa da migração nordestina para as terras do Acre, a História Oficial relata a ocorrência da seca de 1877 e a crise na produção algodoeira no Nordeste, conforme relata Almeida Neto (2004, p. 29), associadas ao incentivo dado pelo governo para a transferência de trabalhadores para a Amazônia, sob promessa de enriquecimento fácil, proporcionado pela valorização crescente da borracha no mercado internacional.

Nessas circunstâncias, os primeiros seringueiros não levaram família para o Acre, visto que não iam para lá com o fim de estabelecer residência, como afirma Ranzi (2008, p.127): “A maioria dos homens que formaram o Acre tinham em mente a temporalidade de permanência”. Assim, não havia um sentimento de pertença que os ligasse ao lugar, o objetivo mais comum era juntar dinheiro e voltar à terra natal. Por outro lado, tal expectativa dificilmente se concretizava, pois “o sistema de extrativismo gomífero não representou a libertação, mas muito mais escravidão do nordestino a um sistema de dependência que o deixou alienado e cativo aos limites do seringal” (RANZI, 2008, p. 129). Instaurava-se, então, um desafio premente: assimilar uma massa heterogênea de pessoas que eram acreanas não por nascimento, mas por força da imigração. E mais: os acreanos tinham de ser construídos e, para isso, era necessário que a História trilhasse esse percurso. Era preciso inventar uma tradição.



Fig. 2: “BAGÉ – seringal situado na margem esquerda, propriedade do Coronel Pergentino Eucrasio Ferreira. Pode produzir 100.000 quilos de borracha. Tem um belo campo, bonito laranjal e outras árvores frutíferas”.

Fonte: Iconografia e texto originalmente publicados em “Álbum do Rio Acre: 1906-1907”, de Emílio Falcão. Disponível em: <<http://almaacreana.blogspot.com.br/2012/02/era-dos-seringais.html>>.

DAS (CON)TRADIÇÕES

A propósito da invenção de tradições, quando descortina a história da tradicional indumentária escocesa, Hobsbawm (2006, p. 9) diz o seguinte:

O termo 'tradição inventada' é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.

Por conseguinte, o termo ora usado designa certas práticas sociais institucionalizadas no Acre, seja pela História, seja pelo poder político desde que o Partido dos Trabalhadores (PT/AC) assumiu o governo.

Para Hobsbawm (2006), as funções e justificativas das tradições inventadas são ideológicas. O autor define-as como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

No decurso da História do Acre, percebe-se uma tentativa, até certo ponto bem-sucedida, de promover um apagamento das vozes do indígena dos principais acontecimentos históricos que envolvem a economia, a política e a cultura da região. Esse esquecimento ocorre à proporção que o nativo assume uma imagem exótica perante o restante do Brasil.

Assim, no bojo da construção da identidade da Amazônia acreana, apresenta-se um indígena que aparentemente pouco legado deixou, e que atualmente vive à margem da sociedade, exemplo disso é a situação de mendicância de alguns indígenas em contato permanente com a cidade, rejeitados pela população e pelos poderes públicos e destituídos de uma marca identitária que os una ao significado de pertencer à nação acreana. Entretanto, uma tradição era necessária e, para fomentá-la, dever-se-ia eleger um símbolo nacional, capaz de incutir nos sujeitos sociais uma noção de pertencimento.

Nesse processo de invenção da tradição acreana, o indígena teve seu espaço suprimido pelas elites dominantes, que escreveram a História local, e, por isso, não foi representado como mito fundador nem da maneira como ele próprio concebe suas identidades sociais e culturais. Para Hobsbawm (2006), a invenção da tradição deixa seus rastros, porém não é fácil segui-los ou

identificá-los. Contudo, para esse caso específico do “esquecimento” do elemento humano nativo, poder-se-ia pensar que, à exceção de pelo menos três (Xapuri, Tarauacá, Bujari), não há quaisquer outras referências de municípios acreanos nomeados em “homenagem” ao índio. E essa prática se reafirma em nomes de seringais, escolas, hospitais, bairros, ruas, centros culturais, bosques, parques, praças, enfim, monumentos simbólicos de afirmação da tradição.

Construiu-se uma imagem do indígena em condição de sub-humanidade, à proporção que a figura esquelética do seringueiro ganhou *status* de herói, principalmente com a morte do líder sindical Chico Mendes, na década de 1980. Contudo, para isso houve todo um processo de conformação ideológica que durou décadas e que começou bem antes desse fato. O certo é que, aos poucos, na constituição e veiculação dos discursos do poder, os seringueiros passaram a ser considerados os “heróis anônimos da Revolução Acreana”.

Agora, o gaúcho Plácido de Castro – que emprestou o nome a município, praça, aeroporto, escola, teatro –, cuja estátua em posição de batalha se impunha numa praça central da cidade de Rio Branco, iria dividir as honrarias (e créditos) de uma Revolução que, a rigor do significado do termo, nem chegou a existir, não obstante a chamada “Revolução” (querela entre Brasil e Bolívia na disputa pelas terras acreanas, na época do primeiro surto do látex amazônico) fazer parte da tradição, o que torna tudo mais grandioso e dá autenticidade ao processo de conquista das terras bolivianas, em nome do favorecimento da economia brasileira diante do mercado industrial internacional em que cada vez mais se valorizava o preço da goma elástica, até então só produzida nos seringais amazônicos, sobretudo na região acreana, nos idos da segunda metade do século XIX.

Do seringueiro reinventado restou a casa de Chico Mendes, em Xapuri, aberta ao público para visitação, e alguns outros espaços de turismo, onde se veem vários objetos relacionados ao trabalho do seringueiro. Um deles é o Parque Ambiental Chico Mendes, localizado em Rio Branco, espaço de preservação de animais selvagens e plantas nativas, onde há totens de seres da encantaria amazônica e uma réplica da casa do seringueiro e da casa de defumação da borracha.

À medida que a profissão de extrair látex entra em decadência, começa a ocorrer o processo de sublimação do seringueiro. Essa transição remete a Hobsbawm (2006, p. 12), o qual afirma que “os objetos e práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático.” Dessa forma, uma série de espaços públicos surgiram com o nome de “Chico Mendes” e a causa ia desde a conscientização crítica, bandeira hasteada internacionalmente, relacionada à preservação do meio ambiente e à luta pela terra, até a piada, de bandeirola nacional, quando o programa de humor “Casseta e Planeta”, da Rede Globo de Televisão, brincava com a causa seringueira no Acre, fazendo trocadilhos irônico-jocosos.

O mesmo processo de sublimação simbólica também aconteceu com outro objeto hoje símbolo da “Revolução” Acreana: a espada de Plácido de Castro, por ocasião da data comemorativa do centenário da “Revolução” (1903-2003), época em que houve a invenção de uma cerimônia pública durante a qual personalidades acreanas de destaque local, nacional ou internacional foram premiadas pelo governo do estado com uma réplica da referida espada. Nesse caso, o rito aparece no papel de reafirmador do mito; e a cerimônia, como fortalecedora de uma tradição.

Acrescente-se que Hobsbawm e Ranger (2006) discutem em seus textos a questão de que a instituição de feriados e símbolos oficiais públicos são, muitas vezes, formas aparentemente comuns de (rea)firmar uma tradição. Estes funcionam como mecanismos de reavivamento de uma memória coletiva instituída: a marca do feriado estadual acreano no dia seis de agosto, em comemoração ao início da “Revolução”, é exemplo disso.

Já os símbolos oficiais públicos são inúmeros: desde o logotipo do governo, que repetidamente reforça o signo da *Floresta*, quer na construção imagética quer no enunciado verbal escrito dos *slogans* – Governo da Floresta, Povos da Floresta, Ações Governamentais da Florestania, Floresta Digital, Biblioteca da Floresta – até a reinvenção de uma parte histórica da cidade: a entrada do Segundo Distrito, reformada com características de centro turístico. Nesse mesmo local, ao redor da única árvore centenária, a gameleira, o governo

também propôs um retorno ao passado glorioso, ao promover a festa de “carnaval como antigamente”.

À margem direita do rio Acre, várias estátuas gigantes de bronze foram erguidas, como memorial dos “eleitos” heróis anônimos; próximo dali, em uma praça, um totem de Chico Mendes; mais acima, nas proximidades do Palácio do Governo, uma fonte luminosa antiga foi restaurada e o térreo do Palácio passou a funcionar como um museu histórico de visitação, contando, inclusive, com acervo sonoro de escritores acreanos. Com isso, percebe-se que houve uma produção em massa de monumentos públicos, porque até pouco tempo quase nada disso existia. Tudo foi erigido no sentido de reforçar (ou forjar) uma tradição.

Reportando-se ao que Bakhtin, em *Est tica da Criação Verbal*, chama de “ativa posição responsiva” do falante, é importante observar que a resposta positiva da população às mudanç as propostas à cidade e ao estado estimula o governo a continuar construindo enunciados que conectam a vida moderna a uma tradição, uma vez que essas obras, além de propiciar certa modernização ao estado, também o inscrevem no cenário nacional.

Ao se fazer referência a esse retorno positivo da população, as palavras de Hobsbawm soam elucidativas, quando diz que “podemos, no entanto, perceber imediatamente que a invenção consciente teve êxito principalmente segundo a proporção do sucesso alcançado pela sua transmissão numa frequência que o público pudesse sintonizar de imediato” (2006, p. 271-272). No entanto, para organizar esse painel, houve também a colaboração da Academia que, dentre outras influências, escreveu a História Oficial e busca criar uma tradição literária acreana. Além disso, ainda havia as demandas sociais, que cobravam uma espécie de “resgate” de uma tradição que existia (e existe) na memória coletiva, mas que, provavelmente, ninguém a vivenciou do mesmo modo como foi cristalizada: unilateralmente, pelo discurso histórico oficial.

Nesse ponto, Hobsbawm (2006, p. 315) apresenta o caráter *dialógico* da invenção de tradições e problematiza sua função social, já que há um jogo de interesses entre quem trabalha no processo de invenção e quem a assimila como costume, o que a torna, inúmeras vezes, fugidia: “As ‘tradições inventadas’ têm

funções políticas e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado se não as pudessem adquirir. Porém até que ponto elas são manipuláveis? É evidente a intenção de usá-las, aliás, frequentemente, de inventá-las para a manipulação?”.

DA ENUNCIÇÃO DOS (CONTRA)DISCURSOS

Segundo Bakhtin (2003), os mais diversos campos da atividade humana estão ligados à linguagem e produzem discursos que constroem, sedimentam e reproduzem uma dada realidade, a qual é facilmente tomada como verdade. Para esse teórico, os sujeitos produzem enunciados concretos e únicos, os quais refletem seus objetivos a partir do conteúdo temático tratado, da escolha de palavras e da construção textual elaborada.

É importante frisar que um enunciado discursivo posto em constante repetição e em circulação social por diversos mecanismos pode tornar-se coletivo, no sentido de que haverá uma ideologia comum a um grupo. No entanto, cada sujeito construirá ainda seu enunciado individual, com base, por exemplo, em um estilo próprio, porém com caracteres comuns no cerne da tese, comungada pela coletividade.

No Acre, o Partido dos Trabalhadores tem conseguido manter um monopólio político por já quase duas décadas. Esse domínio do poderio político se deve, dentre outros fatores, a uma construção discursiva de supervalorização da face positiva dos eleitores^v, de que o acreano, descendente de “bravos heróis” (e em nome deles), deve ovacionar aqueles que até hoje lutam a favor de um reino da “florestania”.

Segundo Pinheiro (2009), o termo “florestania” possui uma carga política, cultural e ideológica, foi consagrado pelos petistas e é um neologismo, em que se misturam os conceitos de *floresta* e *cidadania*. É interessante, ainda, a forma como o jornalista (2009, p. 4) avalia a construção de uma identidade social a partir de uma tradição se não inventada, pelo menos aproveitada de outrem:

A própria história do Estado [...] serviu de inspiração aos novos governantes, na apropriação de elementos que exaltam os feitos dos nordestinos que lutaram na chamada Revolução Acreana. A bandeira e o hino estaduais foram usados desde a primeira campanha do Partido dos Trabalhadores

como instrumentos de legitimação de uma força política que se dizia disposta a lutar pelos direitos do homem da floresta [...]. E o hino, composto durante a revolução, e cujo estribilho possibilita estabelecer uma relação entre a estrelada bandeira e o símbolo do partido (*Fulge um astro da nossa bandeira / Que foi tinto do sangue de heróis, / Adoremos na estrela altaneira / O mais belo e melhor dos faróis*) sempre foi cantado nas manifestações públicas, causando arrepios nos presentes.

Portanto, todos os “discursos” políticos de candidatos eleitos daquele partido invocam invariavelmente um heroísmo pretérito, um patriotismo exacerbado e um *futuro* de glorificação dos “povos da floresta” – que exclui o indígena real e inclui, por tabela, um inventado. O *presente* não há. Diga-se que todos esses exemplos não estão sendo apresentados para se julgar o trabalho que os governos do PT vêm desenvolvendo no Acre, mas estão descritos para mostrar o poder que a linguagem tem, por meio de enunciados concretos, de reinventar a história de uma comunidade e influenciar o pensamento do cidadão comum que, por sua vez, passa a enxergar a si próprio de maneira diversa.

É uma força ideológica tão intensa, construída com a sagacidade do discurso, com a expansão de fronteiras radiofônicas e televisivas, com a inserção de material simbólico e com todo o poder que os enunciados têm de mudar o próprio curso da vida, que só quem realmente viveu sob a influência quase mágica da ditadura petista no Acre, na virada do século XX para o XXI, é que pode compreender que o plano mirabolante de dominação ideológica estava disseminado em todas, absolutamente todas as ações governamentais.

Acerca dessa relação entre construção de enunciados e vida social, Bakhtin (2003, p. 268) afirma que “os enunciados e seus tipos (os gêneros discursivos) são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” e, em outro momento, diz que “a língua integra a vida por meio de enunciados concretos” (p. 265). Destarte, em várias situações percebe-se a voz do sujeito-governo atravessando o discurso enunciado do sujeito-acreano, fato que, na visão de Bakhtin (2003, p. 294), faz parte do percurso que o discurso faz para sobreviver e se sobressair:

[...] a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser

caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras do *outro* (e não das palavras da língua).

Por outro lado, esse constructo social não é uma via de mão única, em que um sujeito enunciador (o Governo) elabora uma comunicação discursiva e, por meio de esquemas de processos aparentemente passivos de recepção, o outro (os acreanos) compreendem e assimilam os enunciados discursivos produzidos. Para Bakhtin (2003, p. 271), em relação ao objetivo real da comunicação discursiva, pensar dessa forma o processo é “ficção científica”, já que um esquema tão simplório não dá conta de explicar um processo tão complexo.

Nesse contexto, Bakhtin introduz conceito de “ativa posição responsiva” do falante (2003, p. 271) para explicar que este se posiciona, no processo de compreensão do significado do discurso, quando se prepara para dar uma resposta (p. 272). Nesse sentido, o enunciador constrói um jogo porque espera de seu interlocutor essa posição ativamente responsiva (uma participação, uma concordância, uma objeção etc.). A partir da resposta que o sujeito da enunciação obtém, saberá se sua investida discursiva foi eficaz ou não, isto é, se cumpriu ou não o seu objetivo naquela situação e época, naquele lugar.

A resposta do acreano para essa conformação discursiva pode ser observada na prática. A título de esclarecimento, entenda-se que ele se considera muito patriota, tanto que já virou jargão o “Somos brasileiros por opção”, uma vez que faz parte de sua identidade cultural ter profundo orgulho de ser brasileiro, posto que lutou para isso – e são esquecidas as intenções políticas e financeiras que o Império tinha ao buscar a anexação do território do Acre ao Brasil. Na memória coletiva, esse fato está aquém do sentimento de patriotismo, desabrido e revelado, que se aprendeu a ter, a guardar com devoção. Além disso, a distância geográfica desse estado, em relação às metrópoles brasileiras, afasta-o do cenário nacional, bem como o fato de ele ainda ser desconhecido de muitos brasileiros, que fomentam histórias mirabolantes sobre o lugar, questionando, inclusive, a sua existência, faz com que o discurso da supremacia que um dia teve no passado venha à baila. Precisa-se da força da tradição e, nesse ponto, a construção da História Oficial pode colaborar, como forma de autorreconhecimento e sobrevivência: uma das provas mais contundentes que

se pode citar é o enunciado coletivo de que “a História do Acre é uma das mais belas do Brasil, senão a mais bonita”.

Nesse ponto, retoma-se novamente Bakhtin (2003, p. 272), o qual diz que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, portanto, nem mesmo a construção discursiva do atual governo, que desenvolve o mesmo viés político há tempos no Acre, é totalmente original, visto que, conforme Bakhtin (2003, p. 272), sempre há enunciados precedentes nos quais o dele se baseia, formando um discurso (ou vários) que é/são acatado(s) pela coletividade, por meio do que parece ser um acordo social tácito, impresso na memória cultural das pessoas e reproduzido por elas, em seus enunciados individuais, numa cadeia contínua e circular.

Nesse sentido, vale destacar o que afirma Hobsbawm (2006, p. 10) sobre a existência de certa continuidade e fixação de arquétipos. Segundo ele, o que torna a invenção da tradição tão interessante “é o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social”.

Note-se, a título de exemplificação, que muito comumente há interdiscursividade promovida pela intertextualidade entre os enunciados produzidos pelo partido atualmente na situação (o PT) e o enunciado do hino acreano, com citações diretas, inclusive. Não por mera coincidência, esse hino, de composição do músico cearense Mozart Donizetti Gondim e letra do médico-poeta baiano Francisco Cavalcanti Mangabeira (conforme enunciado da Lei 1.175/95), refere-se à exaltação do passado de glórias do acreano: “Invencíveis e grandes na guerra,/ Imitemos o exemplo sem par”. Nele há também uma conclamação para que os acreanos sejam sempre iguais aos seus antepassados, cheios de orgulho e destemor: “Mas se audaz estrangeiro algum dia/ Nossos brios de novo ofender,/ Lutaremos com a mesma energia/ Sem recuar, sem cair, sem tremer”.

Um dos mais recentes fatos que ilustram a discussão aqui proposta acerca da supremacia de uma tradição, por mais inventada que ela seja, é a questão polêmica e de repercussão nacional sobre a mudança do gentílico “acreano” para “acriano”. A proposição está no texto do *Acordo Ortográfico da Língua*

Portuguesa (1990, p. 9), cujo debate veio à tona devido à obrigatoriedade da inserção das novas regras a partir de 31 de dezembro de 2012, conforme decreto assinado pelo ex-presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, em 2008, mas já prorrogado pela atual presidente, Dilma Rousseff:

Escrevem-se com i, e não com e, antes da sílaba tónica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula -iano e -iense, os quais são o resultado da combinação dos sufixos -ano e -ense com um i de origem analógica (baseado em palavras onde -ano e -ense estão precedidos de i pertencente ao tema: horaciano, italiano, duriense, flaviense, etc.): açoriano, **acriano (de Acre)**, camoniano [...] (grifo nosso).

Inúmeras pessoas se mobilizaram para que a forma do adjetivo pátrio consagrada pela tradição e pelo uso (*acreano*) continue sendo registrada nos mais importantes dicionários. Dentre os envolvidos estão políticos e intelectuais locais, contando com o engajamento da Universidade Federal do Acre e da Academia Acreana de Letras na causa. Diversos *blogs*, *sites* de informação, artigos jornalísticos e noticiários televisivos apresentam e discutem a questão; há opiniões inflamadas e depoimentos espalhados pela rede mundial de computadores. Em todos, a ideia da força da tradição e o apelo ao valor ideológico que o termo carrega são argumentos preponderantes. A ojeriza à mudança perpassa os próprios títulos dos artigos publicados sobre a notícia: “Acrianos’ invocam até a Bíblia para permanecer ‘acreanos’”, “Estado se revolta com a mudança de ‘acreano’ para acriano”, “Acreanos reagem ao ‘acriano’”^{vi}.

Todo o contexto apresentado no decorrer do texto foi usado para explicar o lugar de fala das pessoas que rejeitam a mudança e, principalmente, por que não só essa como também outras mudanças não são bem-vindas. O “povo do Acre” não quer ser “acriano”, pois ser “acreano” tem uma carga semântica e ideológica muito poderosa, isto é, há um discurso que subjaz: é uma forma de, por meio da grafia antiga, histórica, recuperar mais um dos símbolos que o torna heroicizado, “altaneiro”, como a estrela no cimo de sua bandeira; é uma maneira de manter viva a memória do passado; é um dos símbolos do desbravamento do território e da época áurea da borracha que se inscreve no próprio sujeito, já que ele se autodenomina assim: *acreano*, da mesma forma que seus antepassados,

os quais são *tradicionalmente* considerados como heróis gloriosos. Acreano de coração, “acreano do pé rachado” e brasileiro por escolha e merecimento: esse pensar é uma construção histórica, ideológica e, por conseguinte, discursiva.

Hobsbawm (2006, p. 10) afirma que “o objetivo das tradições é a invariabilidade”. Nesse sentido, elas têm cumprido bem o seu papel na Amazônia Sul Ocidental, uma vez que, para o acreano, tornar-se “acriano” é esvaziar o sujeito de sua História, é muito mais que fazer valer uma regra da gramática normativa ou de convenções ortográficas. Isso corresponde a obrigá-lo a modernizar-se, a abandonar um passado no qual construiu uma memória cultural oficial; é despojá-lo de uma tradição inventada que aprendeu a tomar por única verdade.

Por fim, ser “acreano” possui uma carga discursiva tão intensa que funciona até como marca distintiva da luta contra a degradação ambiental e a favor dos “povos da floresta” – para citar mais uma invenção do governo. É algo que atravessa o próprio corpo. Da intrincada teia discursiva é difícil escapar, por isso, nesse texto, todas as vezes que foi possível, a palavra *acreano* foi grafada com “e”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate suscitado a partir da questão da decadência da forma “acreano” e ascensão do gentílico “acriano”, por ocasião das mudanças nas regras ortográficas da língua portuguesa, foi o mote para a confecção desse artigo. Tema aparentemente banal, passa despercebido por alguns, no entanto, para discuti-lo, é preciso fazer uma travessia pelas tradições, inventadas ou não, e chegar à mundividência do homem comum – duas pontas distantes de um tecido bem trabalhado, produzido por meio dos discursos do poder e ressignificados pelos sujeitos históricos que fazem parte da imensa (e intensa) teia discursiva de produção de enunciados dialógicos: o *acreano*. Com isso, a pretensão não foi esgotar o assunto, nem julgar sujeito A ou B pela forma de atuação política, menos ainda apoiar a mudança ou a continuidade, mas sim mostrar o quanto há de ideológico nos enunciados produzidos e de que maneira isso se inscreve na sociedade da qual o sujeito faz parte e se revela em pequenas ações ou em

textos orais ou escritos que veicula e mais: como se realiza em algo tão abstrato, como na forma de pensar.

REFERÊNCIAS

ACRE. Lei nº 1.175, de 22 de dezembro de 1995. Regulamenta e dispõe sobre a forma e apresentação do Hino do Estado do Acre, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Acre. Rio Branco*. 26 dez. 1995.

ALMEIDA NETO, D. J. de. *Aos trancos e barrancos: identidade cultural e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – AC (1970-1980)*. Rio Branco: EDUFAC, 2004. (Série Dissertações e Teses – 1).

AQUINO, R. “Acrianos” invocam até a bíblia para permanecer “acreanos”. In: *Caxiana: agência de notícias da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.kaxi.com.br/artigos.php?id=530>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.583, de 29 de Setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 30 set. 2008.

Estado se revolta com a mudança de “acreano” para acriano. In: *Verdes Trigos*. Disponível em: <<http://www.verdestrigos.org/wordpress/?p=517>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

HALBWACH, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.

HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (Org.). *A Invenção das Tradições*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MACHADO, A. Acreanos reagem ao “acriano”. In: *Blog do Altino Machado*. Disponível em: <<http://altino.blogspot.com.br/2009/03/acreanos-reagem-ao-acriano.html>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos em Comunicação*. Trad. Cecília de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, F. A Invenção da Florestania. In: *XIV Congresso de Ciências da Comunicação na região Sudeste*. Rio de Janeiro, mai 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/17181009/dandao-A-invencao-da-florestania>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

POLLAK, M. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, 1989.

RANZI, C. *Raízes do Acre*. 3 ed. Rio Branco: EDUFAC, 2008

ⁱ Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará (1987), mestrado em Letras: Teoria Literária pela Universidade Federal do Pará (1998) e doutorado em Letras, Literaturas de Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007). É professor titular da Universidade da Amazônia, onde atua principalmente com as seguintes temas: Dalcídio Jurandir, ciclo do extremo norte, ficção contemporânea, literatura e cultura da Amazônia paraense, literaturas africanas de língua portuguesa, negritudinismo; debruça-se na Muldidisciplinaridade em Cultura e Linguagem Literária. Professor da graduação em Letras; atua ainda como professor e orientador, no mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura.; professor-pesquisador do projeto AFROAMALUS: palavras e imagens, estudos de autores lusófonos/lusógrafos: africanos, portugueses, e brasilamazônicos. Coordenador do projeto de pesquisa Literatura e Negritude.

ⁱⁱ Graduada em Letras/Vernáculo, pela Universidade Federal do Acre (UFAC), especialista em Ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestranda em Comunicação, Linguagens e Cultura, pela Universidade da Amazônia (UNAMA), atua como professora formadora na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), é professora titular de Língua Portuguesa e Redação do Comando da Aeronáutica em Belém.

ⁱⁱⁱ Hélio Melo (1926-2001) foi um dos maiores artistas plásticos acreanos. Autodidata, nascido e criado em um seringal, era também compositor, músico e escritor. Seus quadros geralmente representam o cotidiano do homem da floresta e inicialmente eram pintados com pigmentos naturais.

^{iv} De acordo com o historiador Almeida Neto (2004, p. 30), convencionou-se chamar de “primeiro surto” o período de intensa produção de borracha do final do século XIX a 1912 e o “segundo surto”, aquele correspondente ao período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

^v Ver a *teoria das faces*, de Brown, Levinson e Goffman, citados por Maingueneau na obra *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 37-40.

^{vi} Publicados originalmente nos sítios: <<http://www.kaxi.com.br/artigos.php?id=530>>; <<http://www.verdestrigos.org/wordpress/?p=517>> e <<http://altino.blogspot.com.br/2009/03/acreanos-reagem-ao-acriano.html>>, respectivamente.